

CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

31



CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
2022



CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY



CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

31

Editor Principal | Editor-in-chief
Nuno Simões Rodrigues



Centro de História da Universidade de Lisboa

2022



CADMO
REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA
JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

Editor Principal | Editor-in-chief

Nuno Simões Rodrigues

Editores Adjuntos | Co-editors

Agnês García-Ventura (Universitat de Barcelona), Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa), Breno Batistin Sebastiani (Universidade de São Paulo), Rogério Sousa (Universidade de Lisboa).

Assistentes de Edição | Editorial Assistants

Bruno Marques dos Santos, Catarina Madeira, Maria de Fátima Rosa, Matilde Frias Costa

Revisão Editorial | Copy-Editing

Bruno Marques dos Santos, Catarina Madeira, Matilde Frias Costa

Investigadores CH-ULisboa | Researchers CH-ULisbon

Joana Pinto Salvador Costa, Martim Aires Horta, Violeta D'Aguiar

Redacção | Redactional Committee

Abraham I. Fernández Pichel (Universidade de Lisboa), Agnês García-Ventura (Universitat de Barcelona), Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa), Ana Catarina Almeida (Universidade de Lisboa), Armando Norte (Universidade de Coimbra), Breno Batistin Sebastiani (Universidade de São Paulo), Cláudia Teixeira (Universidade de Évora), Elisa de Sousa (Universidade de Lisboa), Francisco Borrego Gallardo (Universidad Autónoma de Madrid), Francisco Gomes (Universidade de Lisboa), José das Candeias Sales (Universidade Aberta), Maria Ana Valdez (Universidade de Lisboa), Maria de Fátima Rosa (Universidade de Lisboa), Nelson Ferreira (Universidade de Coimbra) Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa), Rogério Sousa (Universidade de Lisboa), Saana Svärd (University of Helsinki), Susan Deacy (University of Roehampton), Suzana Schwartz (Universidade de São Paulo), Telo Ferreira Canhão (Universidade de Lisboa)

Comissão Científica | Editorial and Scientific Board

Antonio Loprieno (Jacobs University Bremen), Delfim Leão (Universidade de Coimbra), Eva Cantarella (Università degli Studi di Milano), Giulia Sissa, (University of California, Los Angeles), John J. Collins (Yale University), Johan Konings (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte), José Augusto Ramos (Universidade de Lisboa), José Manuel Roldán Hervás (Universidad Complutense de Madrid), José Ribeiro Ferreira (Universidade de Coimbra), Juan Pablo Vita (Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Madrid), Judith P. Hallett (University of Maryland), Julio Trebolle (Universidad Complutense de Madrid), Ken Dowden (University of Birmingham), Lloyd Llewellyn-Jones (Cardiff University), Luís Manuel de Araújo (Universidade de Lisboa), Maria Cristina de Sousa Pimentel (Universidade de Lisboa), Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra), Marta González González (Universidad de Málaga), Monica Silveira Cyrino (University of New Mexico).

Conselho de Arbitragem para o presente número | Peer reviewers for the current issue

Abraham I. Fernández Pichel (Universidade de Lisboa), Delfim Ferreira Leão (Universidade de Coimbra), Diego Paiaro (Universidad de Buenos Aires), Inês Torres (CHAM – Centro de Humanidades), Irene Borges Duarte (Universidade de Évora), José das Candeias Sales (Universidade Aberta), Juan Luis Montero Fenollós (Universidade da Coruña), Katia Maria Paim Pozzer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Leonor Santa Bárbara (Universidade Nova de Lisboa), Sobhi Ashour (Helwan University), Thais Rocha da Silva (University of Oxford).

Editora | Publisher

Centro de História da Universidade de Lisboa | 2022

Concepção Gráfica | Graphic Design

Bruno Fernandes

Periodicidade: Anual

ISSN: 0871-9527

eISSN: 2183-7937

Depósito Legal: 54539/92

Tiragem: 150 exemplares

P.V.P.: €15.00

Cadmo – Revista de História Antiga | Journal for Ancient History

Centro de História da Universidade de Lisboa | Centre for History of the University of Lisbon

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | School of Arts and Humanities of the University of Lisbon

Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA / PORTUGAL

Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extension: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63

cadmo.journal@letras.ulisboa.pt | <https://cadmo.letras.ulisboa.pt>



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



This work is funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology under project UIDB/04311/2020 e UIDP/04311/2020.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

09 AUTORES CONVIDADOS

GUEST ESSAYS

- 11 SAMOTRACIA Y LA FÓRMULA/INSCRIPCIÓN DE ARJANES
SAMOTHRACE AND THE ARCHANES FORMULA/INSCRIPTION

Marta López Aleixandre

- 31 HELENA:
Uma mulher Troiana na Azulejaria Portuguesa

HELEN:

A Trojan woman on Portuguese Tiles

Rosário Salema de Carvalho

57 ESTUDOS

ARTICLES

- 59 A LOGÍSTICA MILITAR EGÍPCIA NO CAMINHO PARA A BATALHA DE KADECH:
Uma análise iconográfica dos processos logísticos durante o reinado
de Ramsés II (c. 1290-1224 a. C.)

EGYPTIAN MILITARY LOGISTICS ON THE ROAD TO THE BATTLE OF KADESH:

*An iconographic analysis of logistical processes during the reign
of Ramesses II (c. 1290-1224 BC)*

Eduardo Ferreira

- 83 OPOSIÇÃO OU COMPLEMENTARIDADE?
A relação mágico-medicinal entre o *āšipū* e o *asū* (século VII a.C.)

OPPOSITION OR COMPLEMENTARITY?

*The magical-medical relationship between the *āšipū* and the *asū*
(7th century BCE)*

Ana Satiro & Isabel Gomes de Almeida

- 103 AN UNPUBLISHED FUNERARY MASK IN THE EGYPTIAN MUSEUM (TR 18.8.19.4)

Abdelrahman Ali ABDELRAHMAN & Ahmed Derbala

- 119 UNIDADE NA GRÉCIA ANTIGA E ANACRONISMO NA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA:
Breve comentário à *techne* dos séculos V e IV a.C.
*UNITY IN ANCIENT GREECE AND ANACHRONISM IN AESTHETIC EXPERIENCE:
A brief discussion over the subject of techne in the fifth and fourth centuries BC.*
Sílvia Catarina Pereira Diogo
- 141 O ESTRATEGO NA OBRA DE TUCÍDIDES:
Um estudo introdutório (431 a.C. - 404 a.C.)
*THE STRATEGOS IN THE WORKS OF THUCYDIDES:
An introductory essay (431 B.C. - 404 B.C.)*
Tiago Maria Líbano Monteiro Rocha e Melo
- 161 AS RELAÇÕES DE HOWARD CARTER COM O GOVERNO EGÍPCIO
(1924-1925):
Entre manifestações de imperialismo, espírito nacionalista e interesse
científico-arqueológico
*HOWARD CARTER'S RELATIONS WITH THE EGYPTIAN GOVERNMENT (1924-1925):
Between manifestations of imperialism, nationalist spirit and
scientific-archaeological interest*
José das Candeias Sales & Susana Mota

197 RECENSÕES

REVIEWS

245 IN MEMORIAM

261 POLÍTICAS EDITORIAIS E NORMAS DE SUBMISSÃO


JOURNAL POLICIES AND STYLE GUIDELINES



**ESTUDOS
ARTICLES**

O ESTRATEGO NA OBRA DE TUCÍDIDES: Um estudo introdutório (431 a.C. - 404 a.C.)

THE STRATEGOS IN THE WORKS OF THUCYDIDES: An introductory essay (431 B.C. - 404 B.C.)

Tiago Maria Líbano Monteiro Rocha e Melo
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
tmelo1@campus.ul.pt |  <https://orcid.org/0000-0002-2385-0038>

proposta: 16/08/2022 | aceitação: 31/10/2022
submission acceptance

Resumo: Entre os anos de 431 a.C. e 404 a.C., Atenas, Esparta e respectivos aliados, bateram-se pela supremacia entre os Helenos naquela que viria a ficar conhecida como a Guerra do Peloponeso. Do lado dos Atenienses, os responsáveis por todas as necessidades bélicas da cidade eram os estrategos. No entanto, pouco se sabe sobre as suas funções e sobre o alcance da sua autoridade. Neste estudo, partindo da análise da obra de Tucídides, pretende-se introduzir a problematização dessa magistratura, nomeadamente, observar a sua génese e desenvolvimento para depois ajuizar sobre a sua forma, por alturas da Guerra do Peloponeso. Argumenta-se a versatilidade destes magistrados, tal como a ambiguidade da extensão do seu poder, de modo a revelar a complexidade escondida por detrás da simplificação. Estes homens eram mais do que apenas generais. Eram os primeiros cidadãos de Atenas, os cargos que ocupavam eram múltiplos e as consequências das suas decisões eram consideráveis, para o bem ou para o mal da *polis*.

Palavras-chave: Estratego; Tucídides; Guerra do Peloponeso; Guerra na Antiguidade.

Abstract: Between 431 B.C. and 404 B.C., Athens, Sparta, and their allies fought each other for supremacy amongst the Helenes in what became known as the Peloponnesian War. On the Athenian side, the *strategoi* were responsible to meet the military needs of the city. However, little is known about the tasks and about the reach of the authority of these men. In this essay, having Thucydides as an analytical background, I aim at the problematization of the aforementioned magistrature, namely, to observe its genesis and development, to then reflect on its forms at the time of the Peloponnesian War. The versatility of these magistrates is argued, as well as the ambiguity of the extension of their power in order to reveal the complexity hidden behind the simplification. These men were more than just generals; they were the first citizens of Athens, their tasks were of multiple nature and the consequences of their actions were significant, for good or for evil.

Key-words: *Strategos*; Thucydides; Peloponnesian War; Ancient Warfare.

Introdução

Na Grécia Antiga, a guerra era um vector cultural, político e social importante, e não apenas militar.¹ Era um fenómeno intrínseco à *polis*, caracterizando-a até às suas fundações.² A guerra esteve presente no desenvolvimento da democracia em Atenas nos anos 460 a.C.³ e também o estava na vida de cada homem ateniense, durante pelo menos dois anos.⁴ Era a principal força identitária dos cidadãos, de tal forma que podemos descrever os habitantes de Atenas como cidadãos-soldados, sendo que eram primeiro soldados e depois cidadãos.⁵ Este era um mundo em que os planos político e militar se confundiam, por vezes sobrepondo-se até. Desta maneira, torna-se auto-explicativa a pertinência de um estudo sobre um dos seus maiores actores político-militares: o estratega.⁶

Neste artigo, pretende reacender-se a discussão sobre uma magistratura que, à altura da Guerra do Peloponeso, tem como característica dominante a ambiguidade. Aponta-se a uma problematização, não a um julgamento absoluto, de uma realidade com inúmeras faces e que, no entanto, tem sido por demais simplificada.⁷ Ao mesmo tempo, almeja-se um aprofundamento de questões relacionadas com a génese e limites do poder da estratégia ateniense. Este é um estudo introdutório a uma investigação mais laboriosa, que se impõe sobre este

-
- 1 Lee 2008, 480; Cf. Pritchard (2013, 164-91) sobre o impacto da guerra na política e as suas consequências culturais, particularmente no mundo do desporto.
 - 2 Cf. Varandas (2010, 175-7) sobre as influências da guerra na *polis*.
 - 3 Atenas transformou-se numa potência marítima após 483/2 a.C. (Arist. *Pol.* 22.7; Th. 1.14.1-2; Lee 2008, 499), e nesse sentido, tanto o mar como quem nele navegava ganharam bastante influência. É neste contexto que os *thetes*, homens de grupos sociais mais pobres, sem possibilidade de suportar os custos da panóplia e que por isso tinham de cumprir o seu serviço militar como remadores nas trirremes, usam as ambições de domínio marítimo da cidade para se imporem ao nível político, e dessa forma empurraram Atenas para um governo de tipo democrático mais abrangente (Cartledge 1999, 151; Raaflaub 2008, 396-7; Ober 2007, 99-100).
 - 4 Correspondia aos dois anos de formação militar (18 e 19), sem os quais não se podia tomar parte na vida política da cidade (Arist. *Pol.* 42.4-5; Christ 2001, 404; Rodrigues 2008, 150; Varandas 2010, 176). O serviço militar compulsivo geralmente não terminava aí (Pritchard 2013, 200; Christ 2001, 398-9), mantendo-se até por volta dos cinquenta anos de idade (Cf. Christ 2001, para uma análise detalhada do serviço militar em Atenas).
 - 5 Sendo o serviço militar condição *sine qua non* da cidadania (vide nota anterior), os homens tinham de o cumprir para se tornarem cidadãos, eram, portanto, primeiro soldados e depois cidadãos.
 - 6 O termo “estratego” é utilizado de acordo com as indicações de Ferreira e Leão (2010, 141) para que abranja de forma mais precisa o seu significado grego, que se distancia do “estratega” actual, de igual modo, é utilizado o termo “estratégia”, ao invés de “estratégia”, para a respectiva magistratura, pela mesma razão.
 - 7 Pritchett, na sua obra *Greek. State at War* (1974), não clarifica a diferença entre “strategor” e “general”, usando-os como sinónimos para designar o comando militar. Lazenby (2004, 12) não comete este erro de simplificação, no entanto, é algo vago na sua apreciação das funções e autoridade do estratega. Hanson (2005) representa os estrategos apenas como almirantes ou generais, simplificando a sua natureza. Fornara (1971) observa também apenas o estrito comando militar. São alguns exemplos.

tema.⁸ Apesar do seu carácter introdutório, este ensaio oferece novos paradigmas de observação da magistratura da estratégia, nomeadamente ao nível da sua realidade prática (e.g. o estrategista como governador e como cobrador de impostos).

O estrategista representa um mundo que ultrapassa os limites do estrito comando tático. Muita historiografia⁹ parece ter-se conformado com esta visão unidimensional, em que a complexidade do estrategista é negligenciada. Mas, ao fazerem-no, remetem a sua riqueza ontológica para a obscuridade. As diversas funções que invariavelmente caíram no espaço das responsabilidades atribuídas a estes magistrados é assim o foco deste trabalho. Com base no testemunho da acção desta magistratura, conseguimos identificar cargos e uma extensão de autoridade não existentes na sua génese, nem no pós-guerra do Peloponeso. Isto, por sua vez, suporta o argumento de que a estratégia era essencialmente amorfa na sua dimensão prática, sofrendo mutações constantes e atingindo o seu auge na segunda metade do séc. V a.C., após o qual é sistematizada. Como ferramenta operativa e estrutural de toda a argumentação, será lembrada a matriz e o regimento da magistratura. Por fim, problematizaremos a realidade maleável das fronteiras da autoridade na estratégia.

É na Atenas dos finais do séc. V a.C., mais especificamente de 431 a.C. a 404 a.C. (datas de início e fim da Guerra do Peloponeso), que a presente investigação se foca, não prescindindo das devidas contextualizações e/ou exemplos que fujam a esta cronologia, mas que se considerem necessárias. Esta escolha recaiu sobre a necessidade, tendo em conta a natureza introdutória do trabalho, de encontrar um fragmento que pudesse representar o todo. Acreditamos que, pela seleção desta “parte”, se conseguem traduzir pelo menos os contornos da totalidade do objecto de estudo. Primeiramente, porque, pelo menos numa primeira fase da Guerra do Peloponeso, ainda encontramos Atenas no seu maior

8 Hamel (1998) apresenta um excelente estudo sobre este tema, no entanto, foca-se sobretudo em questões relacionadas com a autoridade dos estrategistas. Algumas dimensões da actuação da estratégia são inexistentes na análise de Hamel (e.g. governador; cobrador de impostos). Isto parece dever-se ao facto de Hamel procurar sistematizar a magistratura em causa, descartando como excepções as facetas menos recorrentes daquela. Mesmo se assumirmos esses casos como excepções, não deixam de nos dar informações importantes sobre a estratégia, como será argumentado mais à frente (segmento “estrategista”).

9 Vide nota 7.

exponente político-militar.¹⁰ Uma magistratura que se movimenta precisamente entre esses dois mundos, encontra naturalmente neste contexto a máxima extensão dos seus poderes e assim a maior exposição para uma análise histórica. Por outro lado, seguindo a mesma lógica e atendendo à condição bélica destes magistrados, um quadro de conflagração é necessariamente uma janela mais nítida para o funcionamento da estratégia. Finalmente, a preferência por esta cronologia foi forçosamente imposta pela fonte escrita em que toda a nossa análise se baseia: a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides.¹¹

A *História da Guerra do Peloponeso* tem de ser acompanhada por duas linhas críticas principais associadas à motivação e à metodologia de Tucídides. Curiosamente, é o próprio que nos elucida sobre os dois tópicos no início da sua obra. O historiador ateniense começa por declarar que, de todas as guerras, “foi esta a maior de todas”.¹² Acompanhando a convicção de que esta foi a maior guerra que o mundo já conheceu, vem a crença de que tanto a sua história como o seu historiador se juntarão a ela na imortalidade. É palpável o desejo de Tucídides de se perpetuar na História por meio da sua obra. Isto poderia levar-nos à conclusão de que ele estaria disposto a deturpar o relato com vista ao seu embelezamento, no entanto, o próprio autor depressa aplaca estas inquietações:¹³

Pode parecer menos agradável faltar o fabuloso na minha leitura. Mas todos os que quiserem ver com clareza o que aconteceu e que virá de novo a acontecer nalguma outra

10 Não se quer com isto separar o *pentekontaetia* do período da Guerra do Peloponeso, pelo contrário, o primeiro é a base sobre a qual se assenta o poderio militar e domínio político do segundo. Podemos atentar ao início da guerra em 431 a.C. como indicativo de que os inimigos de Atenas (encabeçados por Esparta) consideraram que esta se encontrava numa posição de poder não aceitável a um funcionamento equilibrado da paz (Th. 1.23.6, 1.118.2; Tritle 2007, 174), ou seja, num expoente político-militar que ainda que não tivesse nascido neste período, era impossível de ignorar (Lazenby 2004, 21-22; Strauss 2007, 226; Welwei 2008, 527). É verdade que as hostilidades entre as duas alianças tinham começado antes de 431 a.C., no entanto, sem ser no contexto global do mundo grego (de Siracusa à Jónia) e sem o carácter intransigente da Guerra do Peloponeso. Por outro lado, e numa perspectiva puramente militar, a expedição da Sicília demonstra a extensão dos recursos militares sem precedentes de Atenas. Depois de terem perdido talvez a maior frota da sua história (Th. 6.43, 7.42.1; Powell 2003, 192; Ober 2007, 99), que correspondia a cerca de metade da sua força naval, conseguiram manter diversas frentes de combate e o resultado da guerra indeciso até quase dez anos depois (Th. 2.65.12).

11 Outras fontes foram consultadas, servindo sobretudo propósitos de fundamentação, no entanto, não são o principal alvo de análise.

12 Th. 1.21.2.

13 Smith (1999, xviii) argumenta a imparcialidade e estoicismo na escrita de Tucídides, por outro lado, Forsdyke (2017, 19-28) argumenta que ainda que existe um desejo honesto de transmitir uma história verdadeira e imparcial, é sempre na perspectiva da interpretação de Tucídides, ou seja, que existe uma parcialidade implícita que afecta o relato (o relato não sendo, no entanto, deturpado com vista ao embelezamento). Powell (2003, 141-2) fala num “bias against both Athens and Sparta in respect of their competence as states at war.” A esta questão podiam adicionar-se outras perspectivas, no entanto, no contexto deste artigo a discussão perde relevância por razões explicitadas na página seguinte.

vez, em conformidade com o que é humano, seja de igual forma ou de forma parecida, se a julgarem útil, já isso me é suficiente. O que escrevi não foi concebido para ganhar prémios ao ser ouvido de momento, mas como um legado para sempre.¹⁴

No entendimento de Tucídides, a verdade e a clareza são os aspectos primordiais da sua narrativa (para deleite do investigador contemporâneo), são condição *sine qua non* de uma profunda compreensão do conflito em questão. No entanto, a distância entre teoria e prática é muitas vezes grande, pelo que teremos de nos debruçar sobre a sua metodologia de investigação. É mais uma vez o próprio que nos elucida a esse respeito:

Quanto aos feitos que foram praticados na guerra esforcei-me por escrever não sobre informações de alguém que porventura lá estivesse, nem como pessoalmente me parecia provável, mas recolhendo dentro do possível com rigor todos os factos nos quais estive presente ou que por outros me foram contados. Foi difícil descobrir os factos, uma vez que os que tinham estado presentes nos vários acontecimentos não davam a mesma versão tendo eles próprios lá estado, mas de acordo com a sua simpatia por um lado ou pelo outro ou segundo o que era a sua recordação.¹⁵

Tucídides considera como única metodologia eficaz de investigação a do inquérito criterioso e pessoal. Como tal, tem essencialmente uma fonte, muito vasta e nem sempre fiável (como o próprio nota): o Homem. A despeito de não termos conhecimento da identidade dos seus informadores, sabemos que não se contentava com um relato parcial dos acontecimentos, recorrendo a testemunhas de ambos os lados da contenda. Este cuidado do historiador não é, no entanto, suficiente para uma entrega cega ao seu relato, ainda que sirva para fundamentar a sua *fides*. Adicionalmente, é importante deixar a nota da parcialidade de Tucídides como cidadão ateniense e participante da Guerra do Peloponeso.¹⁶ Esta tem um peso menor na obra, actuando em casos pontuais de matéria opinativa, mas não comprometendo o relato dos acontecimentos. No entanto, nenhuma destas objecções se torna obstáculo ao presente estudo, visto que as informações que lhe são relevantes podem ser tomadas como axiomáticas, pois são desprovidas

14 Th. 1.22.4.

15 Th. 1.22.2-3.

16 Vide nota 13.

de interesse. Com isto, queremos dizer que as referências retiradas da obra constituem dados adquiridos por todos os habitantes de Atenas, parte integral da sua vivência e, por isso, não discutíveis no plano da sua veracidade.

Finalmente, há um argumento de autoridade que pode ser feito a respeito de Tucídides. Tendo sido eleito estrategista, o historiador possuía tanto o conhecimento militar como institucional acerca da magistratura da qual fez parte, para descrever o seu funcionamento com conhecimento de causa. Por outro lado, como membro da aristocracia ateniense, Tucídides teve direito a um estatuto que não só lhe permitiu conhecer pessoalmente alguns dos mais relevantes intervenientes do conflito, como possivelmente ter neles informadores de um calibre invejável.¹⁷

A Estratégia

A *ekklesia*, como instituição dominante de Atenas, era a fonte demográfica e de poder de todas as magistraturas, incluindo a *strategia*.¹⁸ Os estrategistas eram, desta forma, membros da assembleia e por ela eleitos para exercer a sua função. A extensão de autoridade delegada a estes magistrados será adiante alvo de análise. Interessa-nos agora recuperar o estabelecimento da estratégia e observar a sua evolução até à cronologia proposta.

De acordo com Ferreira e Leão, “A estratégia deriva, em termos orgânicos, da reforma das tribos introduzida por Clístenes . . .”.¹⁹ Na sua génese encontramos um propósito puramente militar e consultivo.²⁰ Todavia, por altura da Guerra do Peloponeso, muitas mutações se tinham verificado. Os estrategistas eram eleitos anualmente, de forma consecutiva e directa, entre os cidadãos atenienses maiores de trinta anos.²¹ Há, no entanto, uma particularidade que diferencia este cargo de todos os outros e em que pode estar a razão do crescimento da sua proeminência,

17 Powell 2003, 139-40.

18 Lazenby 2004, 11, aqui vai ao ponto de se referir à *ekklesia* como “the ‘government’ of Athens”.

19 Ferreira et Leão 2010, 141. A referida reforma dá-se por volta do ano de 508 a.C., e encontramos uma referência a este sistema em funcionamento, relativo a ca. 501/0 (Arist. *Pol.* 22.2).

20 Arist. *Pol.* 22.2

21 Lazenby 2004, 12. É importante notar que este sistema não se manteve imutável, sabemos que a partir da segunda metade do séc. V a.C. existem casos de dois estrategistas da mesma tribo a servir em conjunto (Hamel 1998, 85).

e essa é o facto de esta magistratura não ter limite de mandatos. Eram eleitos dez estrategos por ano, cada um representando uma das dez tribos que constituíam a base da organização administrativa de Atenas na época.²² Por altura da sua criação, o mais alto oficial militar era o polemarco, formando os estrategos um conselho consultivo, a que o primeiro poderia recorrer.²³ A quota-parte de poder e responsabilidade que correspondia aos estrategos era bastante residual. A sua influência foi aumentando à medida que o polemarco se tornava cada vez mais dependente do seu conselho.²⁴ Em pleno séc. V a.C., e mais especificamente, nos anos que dizem respeito à Guerra do Peloponeso, a estratégia tinha-se tornado a mais célebre e influente magistratura de Atenas.²⁵ O ponto de viragem parece ter sido no contexto da Batalha de Maratona (490 a.C.), quando, tanto a elaboração como a execução do plano estratégico para derrotar os Medo-Persas ficaram nas mãos dos estrategos (em especial Milcíades),²⁶ sobrepondo-se assim a um polemarco que cairia aos poucos no esquecimento. Com a vitória, o cargo sairá reforçado e envolto em grandes honras e prestígio, o que facilitará o seu crescimento na esfera político-militar ateniense.²⁷

Eleitos pelo seu prestigiado nome, abundante riqueza, convincente retórica, famosa incorruptibilidade ou fervorosa devoção ao divino, os estrategos eram, afinal, apenas homens e era como mortais que tomavam as suas decisões e como mortais que eram julgados.

22 Arist. *Pol.* 22.2.

23 *Ibid.*

24 Hamel 1998, 79. Fornara (1971, 10) fala na democratização do comando militar, pois a introdução de dez estrategos a actuar em formato colegial tinha como consequência a divisão do poder anteriormente manejado por apenas um homem (polemarco).

25 Fornara 1971, 19, 27.

26 Hdt. 6.109.1-2; Fornara 1971, 27.

27 Cf. Ferreira (2010, 141-3) para uma análise das origens da estratégia; cf. Hamel (1998, 79-83) sobre a relação do polemarco com os estrategos e respectivas autoridades.

O estrategista

Nos dias de hoje, um magistrado é, geralmente, alguém imbuído de poder judicial, consignando-se a uma função muito específica consoante a autoridade que lhe foi outorgada. Na Atenas do séc. V a.C., não existia a divisão de poderes, tal como postulada por Montesquieu, pelo que os seus magistrados raramente se resignavam a apenas um campo de acção da *pólis*. O estrategista talvez seja o melhor exemplo disto mesmo, acabando por absorver diferentes responsabilidades à medida que conquistava maior relevância política. Existe alguma ambiguidade no que toca à sua realidade prática,²⁸ sendo por isso necessário identificar em que funções encontramos estes homens na obra de Tucídides. É importante deixar a nota de que, como este é o relato de uma guerra, é natural depararmos com os estrategistas em missões belicosas, o que aliás acontece na esmagadora maioria das vezes. Nem sempre no sentido da intervenção armada, mas invariavelmente relacionadas com o esforço da guerra.

O estrategista era primeiramente um comandante militar e sobre isto não há dúvidas. Enquanto tal, tinha deixado o seu papel puramente consultivo para tomar o controlo dos planos estratégico e tático da cidade de Atenas.²⁹ Isto queria dizer que não só se encarregavam de desenhar as manobras militares como as executavam, no campo de batalha, na dianteira das forças a eles designadas. O facto de existirem ao mesmo tempo dez estrategistas em funções, significava que podiam actuar em diversas frentes em simultâneo. Um pormenor fulcral da sua natureza é exactamente a falta de especialização inerente ao estrategista.³⁰ Não se argumenta aqui a carência de conhecimentos bélicos da parte dos estrategistas, mas sim a inexistência de um aprofundamento do domínio do comando militar terrestre em detrimento do marítimo, ou vice-versa.³¹ De uma maneira mais simples, não

28 A partir de meados do séc. IV a.C. esta magistratura passa a ter uma estrutura bem definida, com as funções de cada estrategista a serem seleccionados *a priori*, e por isso com um grau elevado de especialização (Arist. *Pol.* 61.1), no entanto, na época em análise esse não era o caso.

29 Hamel (1998, 117) considera que o plano estratégico não era responsabilidade dos estrategistas, e ainda que no plano teórico essa realidade pertencesse à *ekklesia*, eram os estrategistas que a exerciam *de facto*, e que mais a influenciavam. Alguns estrategistas chegaram mesmo a ter controlo total das duas vertentes (teórica e prática), sob aprovação do *demos*, como foram os casos de Péricles e Nícias.

30 De notar que me refiro ao período em estudo (431 a.C. - 404 a.C.), em épocas posteriores há uma mudança nessa realidade (vide nota 28).

31 Esta especialização é uma realidade posterior (vide nota 28).

existiam estrategos-almirantes e estrategos-generais. Estes homens tanto podiam ser chamados a comandar falanges como trirremes, situação recorrentemente atestada na obra de Tucídides, e não se esperava um nível de habilidade ou mestria menor num meio do que no outro. Talvez o melhor exemplo da versatilidade destes magistrados esteja na invasão da Sicília. Nesta, que foi a maior operação militar da Guerra do Peloponeso, os estrategos Nícias, Lâmaco, Alcibiades, Demóstenes e Eurimedonte,³² comandarão uma enorme força composta por “. . . cento e trinta e quatro trirremes [e duas quinquerremes] . . . De hoplitas, havia um total de cinco mil e cem . . .”³³ (podemos adicionar a este número umas centenas de tropas ligeiras como arqueiros e fundibulários para além de remadores numa quantidade similar aos hoplitas),³⁴ numa série de combates terrestres e marítimos.

Um contra-argumento poderia colocar-se, partindo da premissa de que os combates navais nesta época não passavam de batalhas campais sobre plataformas (navios), e nesse sentido uma especialização seria considerada supérflua. No entanto, por altura da Guerra do Peloponeso, Atenas tinha desenvolvido uma verdadeira arte da guerra do mar.³⁵ Os seus estrategos não só tinham conhecimento dos ventos e marés, o que podia ser catalisador de uma vitória naval, como de uma série de táticas centradas no uso da velocidade e manobrabilidade dos navios e não no mero número de embarcações.³⁶ Tucídides deixa-nos, pela boca do estratego Formião, um passo bastante sugestivo disto mesmo:

E não há espaço para manobras, como romper a linha inimiga ou voltar para trás para atacar de novo que são precisamente as táticas dos navios bem tripulados, e assim a batalha naval transformar-se-á numa batalha em terra e, neste caso, quem tem forças mais numerosas vence.³⁷

32 Estes estrategos nunca estiveram no comando em simultâneo. Alcibiades foi chamado de volta antes do início da invasão (Th. 6.53) e Lâmaco foi morto em combate (Th. 6.101.6), o que levou Atenas a enviar Demóstenes e Eurimedonte com reforços (Th. 7.16).

33 Th. 6.43.

34 É importante realçar a existência de especialização ao nível dos soldados (infantaria pesada, ligeira, remadores, etc... cf. Cartledge 1999, 167-79), o que parece indicar que o conceito não é desconhecido, mas apenas não aplicado aos estrategos. Pode, no entanto, tratar-se apenas de uma especialização imposta pela realidade económica ou geográfica e não teorizada, como sabemos que acontecia em Atenas (Lee 2008, 481).

35 Lee 2008, 501; Pritchard 2013, 171-2; Strauss 2007, 230-1; Cf. Hanson (2005, 237-8) para descrição das manobras utilizadas pelas trirremes atenienses.

36 Vide nota 35.

37 Th. 2.89.8.

Não podia ser mais manifesta a distinção feita por Formião, separando para campos opostos o modelo de combate marítimo do terrestre, que de igual modo tinham de pertencer ao domínio do saber dos estrategos. A primeira face da magistratura é-nos assim revelada - o estratego como estratega e como comandante militar em terra e no mar.

O êxito de qualquer expedição militar estava intimamente ligado à sua preparação. Todos os passos logísticos, incluindo o recrutamento de soldados, o aprovisionamento de víveres, a angariação de fundos, entre outros, eram condições sem as quais qualquer missão tinha um desastre garantido. É sem surpresas que verificamos que a responsabilidade de tomar todas estas precauções era também parte das obrigações dos estrategos.³⁸ Como conta Tucídides, “Demóstenes³⁹, porém, deixou-se ficar para trás a fim de organizar a expedição, o que pensava fazer, logo que chegasse a Primavera, enquanto preparava financiamento, barcos e hoplitas.”⁴⁰ Há um pormenor interessante que escapa à tradução portuguesa publicada pela Gulbenkian, mas que encontramos na da *Loeb Classical Library*, em que se refere que Demóstenes se ocupou “sending to the allies requisitions for troops” (στρατιάν τε ἐπαγγέλλων ἐς τοὺς ξυμμάχους).⁴¹ Daqui se pode inferir que a área de recrutamento acessível ao estratego abrangia não apenas a Atenas, mas estendia-se também aos seus aliados, o que eleva a autoridade e responsabilidade do magistrado na mesma medida.

Conhecidas estas duas primeiras dimensões do estratego, espera-nos agora uma um pouco menos convencional do ponto de vista contemporâneo. Referimo-nos à diplomacia.⁴² A condução da política externa, de um ponto de vista prático, era feita por esta magistratura, pois a guerra, na Atenas Clássica, pode ser vista segundo uma máxima posteriormente estabelecida por Carl von Clausewitz, na qual o conflito é descrito como a continuação da diplomacia por outros meios.

38 O recrutamento de hoplitas era da responsabilidade dos estrategos, no entanto, o das outras especialidades já não é certo, ainda que esse recrutamento fosse por eles supervisionado. A decisão sobre os meios, humanos e materiais, alocados a cada expedição era geralmente uma prerrogativa da *ekklesia* (Hamel 1998, 23-8; Christ 2001, 398).

39 Demóstenes age aqui na condição de estratego, ainda que não seja explicitamente mencionado na citação.

40 Th. 7.17.1.

41 *Ibid.* Tradução efectuada por Charles Forster Smith.

42 Cf. Hamel (1998, 40-55) para uma análise mais pormenorizada dos diferentes contextos em que a autoridade diplomática dos estrategos está em causa.

Os estrategos negociavam em nome de Atenas, tanto para pôr um término a combates e guerras, como para criar ou renovar alianças e ainda desempenhavam o papel de intermediários em conflitos de terceiros:⁴³

No dia seguinte o estratego dos Atenienses, Nicóstrato, filho de Diitrefes, veio em seu auxílio com doze navios e quinhentos hoplitas messênios. Tentou fazer um acordo e convenceu as duas facções a aceitarem tanto uma como a outra a deixar ir a julgamento dez homens de cada lado que fossem os maiores agitadores, os quais fugiram e já ali não estavam, e deixar os outros a viver ali depois de terem feito tréguas uns com os outros, e considerarem-se, na relação com os Atenienses, numa aliança ofensiva e defensiva.⁴⁴

A habilidade diplomática dos estrategos podia decidir o destino de cidades inteiras e por essa razão é uma faceta desta magistratura que não deve ser menosprezada. Os passos que atestam a legitimidade dos estrategos para agirem como representantes de Atenas multiplicam-se na obra de Tucídides, pelo que o seu valor não está em causa. Ficam apenas por entender os limites dessa autoridade no que toca à política externa ateniense, o que será discutido adiante.

Um outro ofício relevante para a actividade dos estrategos, e que conseguimos identificar no texto de Tucídides, é o de governador. Os estrategos eram colocados como as maiores autoridades em regiões de interesse estratégico para Atenas, tendo como principal função a defesa desses territórios. No entanto, sabemos que, enquanto mantinham aquele posto, não era só da guerra que se ocupavam, como foi o caso de Tucídides que obteve os direitos de exploração das minas de ouro da região da Trácia.⁴⁵ Temos poucas referências a estrategos nestas funções, pois só aparecem quando relevantes para o objectivo do autor, ou seja, o desenvolvimento da guerra. Um estratego a servir como governador de uma região que é inteiramente irrelevante para o conflito, naturalmente não tem razões para aparecer no relato de Tucídides. Não é, portanto, descabido assumir uma constante neste tipo de missões. O passo seguinte de *História da Guerra do Peloponeso* é inequívoco em relação a esta realidade:

43 Os termos sobre os quais os estrategos deliberavam eram geralmente pré-estabelecidos pela *ekklesia*, ou caso fossem negociados no momento pelos estrategos, tinham de ser aprovados posteriormente pela mesma *ekklesia* (Hamel 1998, 40-1).

44 Th. 3.75.1.

45 Th. 4.105.1.

Entretanto, os que se opunham aos traidores tendo em número força para evitar que as portas fossem abertas imediatamente, de coligação com Eucles, o estrategista que tinha vindo de Atenas para proteger a região, mandaram chamar para os vir ajudar o outro estrategista que tinha a seu cargo a região da Trácia, Tucídides, filho de Óloro, que escreveu esta história, e que estava em Tassos, uma ilha colonizada pelos Pários e que, por mar, ficava a cerca de meio dia de distância de Anfípolis.⁴⁶

Depreende-se deste pequeno passo que a razão que levou Atenas a enviar dois estrategistas para a Trácia foi a necessidade de proteger a região das ofensivas do inimigo. Isto quer dizer que, num contexto de guerra, a magistratura da estratégia assumia esta responsabilidade adicional. No entanto, tal não será necessariamente verdade num horizonte de paz. Mesmo assim, é o que se afigura como mais provável, tendo em conta a posição privilegiada dos estrategistas entre os cidadãos atenienses, a evidente necessidade de explorar as regiões sob o domínio de Atenas e a dificuldade de administração à distância pelo *demos*.

A última incumbência atribuída a estes magistrados, que conseguimos identificar na obra de Tucídides, é a cobrança de impostos. Tarefa invulgar, mesmo para a época⁴⁷, para ser encargo dos mesmos homens que tinham já tanto sob sua supervisão, como temos visto. No entanto, o passo seguinte de Tucídides serve para iluminar um pouco as razões por detrás desta decisão:

Os Atenienses, no entanto, começaram a ter necessidade de fundos financeiros para continuarem o cerco, depois de eles próprios terem lançado, para começar, um imposto extraordinário de duzentos talentos, mandaram aos aliados doze navios para a cobrança de impostos e com eles Lisicles como seu comandante e mais outros quatro. Foi ele navegando a recolher dinheiro em vários lugares, mas ao marchar pela terra de Miunte na Cária através da planície do Meandro até à colina de Sândio, foi atacado pelos Cários e Aneitas e ele próprio foi morto, bem como muitos do seu contingente.⁴⁸

Por um lado, era importante que quem se apresentasse aos aliados para cobrar impostos fosse alguém investido de autoridade, isto para que estes estivessem mais confortáveis e fossem mais resolutos a cooperar. Por outro lado, era essencial que o enviado se fizesse acompanhar de homens armados, pois até

46 Th. 4.104.4.

47 Os romanos durante a República, por exemplo, delegavam esta responsabilidade a magistrados específicos, que davam pelo nome de “publicanos”.

48 Th. 3.19.

uma missão pacífica tinha os seus riscos, como o excerto exemplifica de maneira bastante convincente. Tendo isto em conta, a escolha de um estrategista para esta função é compreensível.

Mesmo se entendermos estas duas últimas dimensões do estrategista (governador e cobrador de impostos) como apenas operacionais em contexto de guerra, o que se afigura provável, tal não põe em causa a sua existência, somente a restringe a um contexto específico. Tendo em conta que o séc. V a.C. (a partir de 480 a.C. para que se enquadre melhor no argumento) é uma época profundamente bélica para Atenas,⁴⁹ pode argumentar-se uma múltipla repetição do contexto acima referido e consequentemente das duas dimensões anteriormente mencionadas. Pode então concluir-se que o mais provável era a estratégia agir de acordo com as necessidades da *polis* ateniense, na forma da *ekklesia*, numa perspectiva *ad hoc* e não de enquadramento especializado e restrito (isto na época em estudo, claro).

Limites

Há alguma ambiguidade relativa à liberdade com que os estrategistas podiam operar, exercendo as funções que vimos acima, fora de Atenas. Uma coisa, no entanto, é certa, a fonte da sua autoridade era na sua totalidade a *ekklesia*.⁵⁰

Na teoria, a assembleia ateniense era suprema no poder decisório, servindo o estrategista apenas como ferramenta que agia sobre as resoluções votadas *a priori*. Neste sentido, era em assembleia que se decidia sobre que estratégia seguir, que expedições enviar, sobre a quantidade de meios a dispensar e até sobre a política externa.⁵¹ O estrategista podia fazer uso da retórica para persuadir os restantes membros da *ekklesia* a investirem no seu plano, no entanto, assim que a decisão fosse votada, o magistrado tinha de a acatar, mesmo que não concordasse com ela.⁵² A assembleia delibera e decide, o estrategista executa. Um excelente exemplo

49 Desde as Guerras Médicas às do Peloponeso a passar por inúmeros conflitos menores, houve pouco tempo seguido para a paz (Trittle 2007, 173).

50 Lazenby 2004, 11. Hamel (1998, 5, 115-7) fala mesmo de um controlo total, directo e indirecto da *ekklesia* sobre os estrategistas.

51 Hamel 1998, 117; Fornara 1971, 37.

52 Hamel 1998, 12; Fornara 1971, 37.

deste sistema em funcionamento, conta Tucídides, dá-se com o estrategista Paques no rescaldo da sua vitória no cerco de Mitilene. Aqui, o magistrado recebe ordens iniciais para executar todos os homens e escravizar as mulheres e crianças, e está preparado para o fazer sem discussão. No entanto, pouco depois recebe novas ordens, de uma assembleia arrependida: Paques deve poupar os Mitilinos, e assim o faz.⁵³

Em circunstâncias excepcionais, a *ekklesia* podia prescindir dos seus poderes, delegando-os num ou mais estrategistas, que assim passavam a exercer uma autoridade fora do normal. Uma destas exceções será a expedição contra a Sicília:

Quando ouviram isto, os Atenienses votaram imediatamente que os generais tivessem poder absoluto quer sobre a dimensão do exército quer sobre toda a expedição para fazer aquilo que lhes parecia ser melhor para os Atenienses.⁵⁴

Como podemos observar, este regime de “poder absoluto” era outorgado pela assembleia após votação, o que significa que podia ser retirado da mesma forma. Depreende-se, pela necessidade que Tucídides teve de dar relevo a esta situação, que o usual era os estrategistas partirem em missão com a sua autoridade bem delimitada.⁵⁵ Infere-se também que para a *ekklesia* oferecer este tipo de liberdade de acção aos seus magistrados, era porque confiava no seu discernimento, competência e lealdade.⁵⁶ Por outro lado, pode passar apenas por uma questão prática, afinal a distância para a Sicília tornava o regime de delegação de autoridade dito normal, no mínimo, pouco eficiente.

Esta aparente linearidade na delegação de poder e consequente desempenho por parte dos estrategistas é apenas isso: aparente. Muitas vezes a prática tornava este sistema ineficaz, levando a um “abuso”⁵⁷ de autoridade dos magistrados em questão. A título de exemplo:

53 Th. 3.36-49. É necessário clarificar que nem todos foram poupados, aqueles considerados culpados de sedição foram mesmo assim executados. No entanto, preveniu-se a destruição da cidade de Mitilene e de grande parte da sua população.

54 Th. 6.26.1.

55 Hamel 1998, 5.

56 Outra hipótese era a assembleia não se querer responsabilizar pelo resultado de uma expedição que colocava tanto em jogo; no entanto, esta é uma visão um pouco mais cínica e admite-se que a maioria dos membros da *ekklesia* desejava o melhor para a sua cidade.

57 Usa-se “abuso” entre aspas, pois não é claro se o era do ponto de vista legal, ainda que o fosse do ponto de vista moral (o que por vezes era suficiente para ter peso legal).

Durante este mesmo Inverno, os habitantes de Potideia porque não podiam suportar mais o cerco, e as incursões dos Peloponésios na Ática não tinham levado, mais do que antes, os Atenenses a levantar o cerco e partir, e porque as provisões se esgotaram e de verdade ali muitas coisas aconteceram provocadas pela necessidade de arranjar sustento, pois que até se comeram uns aos outros, mandaram aos estrategos atenienses Xenofonte, filho de Eurípides, Hestiodoro, filho de Aristoclides e Fanómaco, filho de Calímaco proposta para capitularem. Os estrategos aceitaram a proposta, porque viam o sofrimento do exército ateniense em lugar tão invernososo e também porque Atenas já tinha gasto dois mil talentos no cerco. . . . Mas os Atenenses acusaram os estrategos de fazerem um acordo sem os consultarem. Pensavam eles que podiam ter dominado a cidade pela força, segundo os seus termos . . .⁵⁸

É evidente, após leitura deste pequeno excerto, que o expectável era os estrategos consultarem a *ekklesia* antes de tomarem decisões com este nível de consequência (excepto, claro, se estivessem no regime de “poder absoluto” que vimos). Afinal, Atenas era uma democracia e como tal devia respeitar-se a vontade dos seus cidadãos. No entanto, os estrategos encontravam-se muitas vezes em situações em que uma decisão tinha de ser tomada no momento, sob perigo de a conjuntura se alterar e tornar as opções obsoletas. Dependendo de onde o estratego estivesse a operar, enviar um estafeta para obter ordens da assembleia podia demorar dias, que muitas vezes os estrategos não tinham. Nestas situações, os magistrados em questão podiam tomar uma decisão não aprovada e enfrentar o julgamento da *ekklesia*⁵⁹ (o que podia tomar a forma de multas, ostracização ou mesmo a morte),⁶⁰ ou sofrer as consequências derivadas da espera (o que também podia ser a morte: a sua ou a dos seus homens). Isto aponta para a hipótese previamente postulada de que a *ekklesia* investiu os estrategos responsáveis pela expedição à Sicília de plenos poderes para não ser um empecilho à sua actuação, eliminando o tempo de espera que de outra forma seria necessário para a aprovação de cada decisão.

Os contornos da autoridade dos estrategos eram em teoria totalmente desenhados pela assembleia ateniense. No entanto, essa nem sempre sobrevivia

58 Th. 2.70.1-4.

59 Hamel 1998, 118, fala num “fear of judgment” dos estrategos em relação ao *demos* que influencia a tomada de decisão dos primeiros.

60 A título de exemplo, o caso notório dos estrategos vencedores na batalha naval das Arginusas que acabaram por ser executados por decisão da assembleia ateniense, por não terem recuperado os corpos dos atenienses mortos em batalha (X. *HG* 1.7.34; Lazenby 2004, 12).

ao teste da realidade prática, criando problemas ao funcionamento da magistratura e acabando por tornar esta posição uma de enorme incerteza.

Considerações Finais

A magistratura da estratégia revelou as suas múltiplas faces neste estudo introdutório. Por detrás das simplificações, encontrámos a versatilidade dos estrategos no cumprimento das suas funções e a ambiguidade relativa à extensão da sua autoridade. Entendemos a magnitude da sua posição entre os cidadãos atenienses e a dimensão das consequências das suas decisões. No entanto, esta é apenas a superfície de uma realidade profunda e com diversas camadas.

Regressando aos primeiros pontos, e para que se entenda o volume de responsabilidade que importunava os estrategos, podemos olhar para o mundo romano. Em Roma, os cargos, que em Atenas estavam concentrados nas mãos de uma mesma magistratura eram delegados, de uma maneira ou de outra, em cônsules, procônsules, legados, questores e publicanos. Os estrategos, além de absorverem todas estas responsabilidades, não tinham um limite de mandatos (em Roma todas as magistraturas tinham esse limite bem definido), o que lhes dava um potencial de crescimento político tremendo.

Ao observar a realidade prática da estratégia, algumas incongruências surgem em relação ao que se encontra teorizado. Por um lado, encontramos estrategos a desempenhar funções fora do estrito comando militar e em áreas que à partida não seriam da sua responsabilidade. Por outro lado, ainda que a extensão da sua autoridade estivesse dependente dos órgãos decisores do *demos*, estes magistrados exerciam essa autoridade *de facto*, estando, por isso, imbuídos dela. As incongruências aqui realçadas não podem, nestas condições, ser tomadas como regra para a magistratura da estratégia. No entanto, a simples realidade da sua existência coloca em causa a sistematização desta magistratura ao nível prático, e lança-a para uma condição de forma *ad hoc*, pelo menos no contexto da Guerra do Peloponeso.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Aristotle. 2002. *The Athenian Constitution*. Trans. P. J. Rhodes. London: Penguin Books.
- Herodotus. 2004. *The Histories*. Trans. G. C. Macaulay. New York: Barnes & Noble.
- Thucydides. 1988. *History of the Peloponnesian War*. Trans. Rex Warner, London: Penguin Classics.
- Thucydides. 1999. *History of the Peloponnesian War*. Trans. Charles Forster Smith, Cambridge: Loeb Classical Library.
- Tucídides. 2013. *História da Guerra do Peloponeso*. Trans. Raul M. Rosado Fernandes et M. Gabriela P. Granwehr, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Xenophon. 2010. *The Landmark Xenophon's Hellenika*. Trans. John Marincola. Random House: New York.

Bibliografia crítica

- Cartledge, Paul. 1999. "Power and State." In *The Cambridge Illustrated History of Ancient Greece*, ed. Paul Cartledge, 139-65. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1999b. "War and Peace." In *The Cambridge Illustrated History of Ancient Greece*, ed. Paul Cartledge, 167-92. Cambridge: Cambridge University Press.
- Christ, Matthew R. 2001. "Conscription of Hoplites in Classical Athens". *The Classical Quarterly, New Series* 51 (2): 398–422.
- Ferreira, José Ribeiro, et Delfim F. Leão. 2010. *Dez Grandes Estadistas Atenienses*. Lisboa: Edições 70.
- Fornara, Charles W. 1971. *The Athenian Board of Generals from 501 to 404*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GmbH.
- Forsdyke, Sara. 2017. "Thucydides' Historical Method." In *The Oxford Handbook of Thucydides*, Eds. Ryan K. Balot, Sara Forsdyke, et Edith Foster, 19-36. Oxford: Oxford University Press.
- Grimal, Pierre. 2020. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Antígona.
- Hamel, Debra. 1998. *Athenian Generals: Military Authority in the Classical Period*. Leiden, Boston and Köln: Brill.
- Hanson, Victor Davis. 2005. *A War Like No Other: How the Athenians and Spartans Fought the Peloponnesian War*. New York: Random House.
- Welwei, Karl-Wilhelm. 2008. "The Peloponnesian War and its Aftermath." In *A Companion to the Classical Greek World*, Ed. Konrad H. Kinzl, 526-41. Malden: Blackwell Publishing.
- Lazenby, J. F. 2004. *The Peloponnesian War. A military study*. London: Routledge.
- Leão, Delfim Ferreira, José Ribeiro Ferreira, et Maria do Céu Fialho. 2011. *Cidadania e Paideia na Grécia Antiga*. São Paulo: Annablume Editora.
- Lee, John W. I. 2008. "Warfare in the Classical Age." In *A Companion to the Classical Greek World*, Ed. Konrad H. Kinzl, 480-504. Malden: Blackwell Publishing.
- Ober, Josiah. 2007. "I besieged that man": Democracy's Revolutionary Start." In *Origins of Democracy in Ancient Greece*, Kurt A. Raaflaub, Josiah Ober, et Robert W. Wallace, 83-101. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- Powell, Anton. 2003. *Athens and Sparta. Constructing Greek political and social history from 478 B.C.* London: Routledge.

- Pritchard, David M. 2013. *Sport, Democracy and War in Classical Athens*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pritchett, W. Kendrick. 1974. *The Greek State at War*. Part II. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- Raaflaub, Kurt A. 2008. "Democracy." In *A Companion to the Classical Greek World*, Ed. Konrad H. Kinzl, 387-408. Malden: Blackwell Publishing.
- Rocha Pereira, Maria Helena da. 2017. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rodrigues, Nuno Simões. 2008. "Ó Gregos... Porque matais esta criança? A criança e a guerra na Grécia Antiga." In *A Guerra na Antiguidade*, coord(s) José Varandas et António Ramos dos Santos, vol. II, 135-53. Lisboa: Caleidoscópio.
- Strauss, Barry. 2007. "B. Naval Battles and Sieges." In *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*, eds. Philip Sabin, Hans Van Wees, et Michael Whitby, vol. I, 223-47. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tritle, Lawrence A. 2007. "'Laughing for Joy': War and Peace Among the Greeks." In *War and Peace in the Ancient World*, Ed. Kurt A. Raaflaub, 172-86. Malden: Blackwell Publishing.
- Varandas, José. 2010. "O hoplita e a falange. O triunfo da infantaria simétrica no Mundo Antigo." In *A Guerra na Antiguidade*, coord(s) José Varandas et António Ramos dos Santos, vol. III, 175-96. Lisboa: Caleidoscópio.



CADMO

REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA

JOURNAL FOR ANCIENT HISTORY

Editor Principal | Editor-in-chief

Nuno Simões Rodrigues

OBJECTIVOS E ÂMBITO AIMS AND SCOPE

A *Cadmo – Revista de História Antiga* publica anualmente estudos originais e ensaios relevantes de “estado da arte” em História Antiga e de culturas da Antiguidade. Além disso, tem como objectivo promover debates e discussões sobre uma ampla variedade de temas relacionados com a História Antiga, e aceita propostas relacionadas com o mundo do Próximo-Oriente Antigo (Egipto, Mesopotâmia, Pérsia, corredor Siro-Palestinense, Mundo Bíblico e e Anatólia) e com o Mundo Clássico (Grécia, Roma e Mediterrâneo Antigo, incluindo a Antiguidade Tardia). São ainda considerados estudos sobre a recepção da Antiguidade e dos seus legados, historiografia e investigações com enfoque em outras sociedades antigas (como as culturas indianas, extremo-asiáticas e mesoamericanas). A *Cadmo – Revista de História Antiga* não considera o conceito de “Antiguidade” como exclusivo da civilização ocidental, mas uma construção historiográfica essencial para a compreensão da História Global. Recensões críticas de obras recentes serão também consideradas para publicação, bem como propostas de dossiers temáticos a publicar em números regulares da revista ou números temáticos a publicar em suplemento.

Cadmo – Journal for Ancient History yearly publishes original and peer-reviewed studies and findings, as well as relevant “state of the art” review essays, on Ancient History and the study of Ancient cultures. It aims to promote debate and discussion on a wide variety of subjects and welcomes contributions related to the Ancient Near-Eastern World (Egypt, Mesopotamia, Persia, Syro-Palestine area and Anatolia) and to the Classical World (Greece, Rome and the Ancient Mediterranean, including Late Antiquity). Studies on the reception of Antiquity and its cultural productions, historiography of the Ancient World, as well as submissions focusing on other Ancient societies (such as the Indian, Asian or Mesoamerican cultures) are also accepted. This journal does not consider the concept of Antiquity to be a notion restricted to western civilisation and its heritage, but an essential historiographic construct for our understanding of Global History. Reviews of recently published works on the aforementioned subjects are also welcome, as well as proposals for thematic dossiers to be published in regular issues or of thematic issues to be published as a supplement.

CH
-UL

CENTRO DE
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA